

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVOS DO CONCURSO:

1.1. Objetivo Geral: impulsionar a **reabilitação integral e requalificação urbanística** da área de ocupação original do Município de São José/SC, através de intervenção física (delimitados no Anexo I - Mapa da Área de Intervenção).

1.2. Objetivos Específicos:

- a. Criação de **identidade visual**: pavimentação, mobiliário urbano e sinalização turística;
- b. Propostas de **novos usos** para a área atualmente ocupada pelo prédio da Câmara de Vereadores e do Ginásio e para a edificação onde atualmente funciona o Posto de Saúde;
- c. Criação do **Parque Beco da Carioca**;
- d. Propostas urbanísticas para priorização do pedestre e melhorias de circulação viária.

2. RESUMO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO:

A ocupação efetiva, por elementos humanos externos, da porção litorânea do Estado de Santa Catarina teve seu início em meados do século XVII. Colonizadores oriundos de São Vicente (São Paulo), habituados às atividades agropastoris, foram introduzidos no extenso litoral catarinense por meio das denominadas bandeiras de colonização agrícola. Deste primeiro movimento de ocupação desta porção de solo catarinense foram criados três núcleos primordiais: São Francisco do Sul (1656), Desterro (1669) e Laguna (1680).

Passado quase um século desde a entrada dos colonizadores vicentistas, as terras da faixa litorânea de Santa Catarina tornaram-se alvo de novo processo de ocupação humana, a fim de reforçar as populações dos núcleos já existentes e colonizar novas frentes e assim ampliar o domínio português sobre toda a área.

Deste modo, entre os anos de 1749 e 1758 chegaram a Santa Catarina mais de 6.000 imigrantes, todos de origem açoriana. Destes, 4.500 foram estabelecidos no litoral do Estado, originando as freguesias de São José da Terra Firme, Enseada do Brito, Lagoa da Conceição, São Miguel, Santo Antônio e Vila Nova (Imbituba). (SILVA, 2006, p.32)

No ano de 1750, 182 casais de colonizadores açorianos, oriundos das Ilhas do Pico, Terceira, São Jorge, Faial, Graciosa e São Miguel, foram destacados das levas de imigrantes desembarcados na Ilha de Santa Catarina com o objetivo de estabelecer, na porção continental, o pequeno povoado de São José da Terra Firme.

O desenvolvimento econômico do núcleo de São José da Terra Firme se deu a partir de uma modesta produção agrícola baseada em pequenas propriedades, que garantia a subsistência das famílias pioneiras além de pequenos excedentes para comercialização ou troca por outras mercadorias.

Frente ao satisfatório desenvolvimento econômico, no ano de 1756, o povoado de São José da Terra Firme foi elevado à freguesia. No ano de 1797, a freguesia de São José dispunha de 389 habitações e contava com uma população total de 2.079 habitantes, dos quais 112 eram escravos. (GERLACH & MACHADO, 1982)

Situado na porção continental, em uma das tantas enseadas da baía sul que fazem frente com a Ilha de Santa Catarina, as proporções do núcleo primordial não refletiam as dimensões do território destinado a São José da Terra Firme, que confrontava Lages no altiplano catarinense e se estendia por cerca de 100 quilômetros em direção à região sul do Estado.

Frente a este fato e aos aspectos relativos ao sítio no qual havia sido instalado o núcleo primordial, pródigo de enseadas propícias à navegação de pequenas embarcações, em pouco tempo, a orla marítima de São José se transformou em ponto de baldeação de mercadorias diversas entre a distante Lages e a vizinha Desterro. (PELUSO JR., 1950)

No ano de 1829, colonos alemães foram introduzidos em Santa Catarina. Fundada em terras pertencentes à freguesia de São José da Terra Firme, a primeira colônia alemã no Estado, São Pedro de Alcântara, determinou a ocupação de áreas interiores e, também, o fortalecimento e a diversificação das atividades já desenvolvidas na sede. Neste sentido, a função de entreposto comercial foi intensificada com a localização de alemães na porção da Praia Comprida.

Em 1833, desmembrada de Desterro, a freguesia de São José da Terra Firme foi elevada à Vila (Município) e, em 1856, passou a figurar como Cidade de São José.

De meados do século XIX até o início do século XX, São José experimentou, ao seu ritmo, significativas transformações sócio-espaciais. Associadas a um desenvolvimento econômico limitado, ou seja, crescendo na medida das possibilidades, pois a economia de São José se subordinava à vizinha Desterro/Florianópolis, tais transformações se operavam de forma moderada.

Ao lento processo de desenvolvimento econômico somam-se dois aspectos que, a partir da década de 1930, conduziram São José a um período de estagnação: 1) a pujança econômica de cidades como Itajaí e Blumenau que deslocaram para si a atenção dos grandes centros nacionais e 2) a substituição gradativa do transporte marítimo pelo rodoviário a partir da construção da Ponte Hercílio Luz, a primeira ligação viária entre a Ilha de Santa Catarina e o continente.

A progressiva melhoria dos acessos por via terrestre à Ilha de Santa Catarina implicou na substituição de botes e lanchas por caminhões e ônibus. Tal fato promoveu também, a partir da década de 1940, mudanças substanciais nas relações que se travavam com Florianópolis. A

função de entreposto até então exercida por São José tornou-se praticamente desnecessária frente ao fácil acesso, determinado pelas vias terrestres, ao centro comercial da Capital do Estado.

Entre as décadas de 1960 e 80, o Estado passou a ser o grande responsável por modificações substanciais no perfil sócio-econômico de Florianópolis. A instalação de uma série de órgãos governamentais e de instituições diversas, inerentes a uma Capital de Estado, implicou em uma nova dinâmica com São José. Embora São José não mais desempenhasse sua função histórica como entreposto de mercadorias, a relação de subordinação e dependência se manteve, passando a figurar como espécie de “cidade dormitório”.

A partir da década de 1990, apesar de um grande período de nova estagnação econômica, a cidade de São José passou a desempenhar um importante papel na região da Grande Florianópolis enquanto centro industrial, comercial e prestador de serviços. Grandes transformações em sua estrutura, engendradas pelo poder público municipal e pelo capital privado, determinaram um progressivo esvaziamento do núcleo primordial/Centro Histórico e da Ponta de Baixo, a reestruturação de toda a orla da Praia Comprida por meio de um extenso aterro hidráulico e a densificação em larga escala de uma grande porção da zona urbana localizada entre a BR-101, a BR-282 (Via Expressa/Acesso à Ilha de Santa Catarina) e o aterro da Praia Comprida.

A transferência de funções do Centro Histórico para outras áreas da cidade implicou em uma adequação drástica da sua dinâmica e do seu cotidiano. A sua estrutura, organizada para desempenhar funções político-administrativas, sociais e econômicas, enfrentou, por meios próprios, e graças a alguns poucos habitantes, um complexo processo de realinhamento. Atualmente, o Centro Histórico de São José sobrevive à custa de uma paisagem histórica pouco valorizada (ver Anexo 2: Remanescente Físico: texto descritivo e Anexo 3: Mapa de localização do Remanescente Físico) e de uma memória urbana pouco difundida, distante, praticamente inexistente para uma grande maioria dos cidadãos josefenses.

Referências Bibliográficas

- GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni Antônio. São José: breve história da cidade e seu teatro. Edição especial. São José: Editora Canarinho, 1982.
- PELUSO JR. Victor Antônio. Significação Geográfica da Enseada de São José. In: RAMOS, João Carlos (Dir.) Santa Catarina Filatélica – número especial comemorativo da fundação de São José. 1950.
- SILVA, Tatiana Cristina da. Centro Histórico de São José (SC): patrimônio e memória urbana. Florianópolis, 2006. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Pós Graduação em Geografia – CFH, UFSC.
- VIDAL, Leandro Moraes. Transformações Sócio-Espaciais em São José (SC): um estudo da evolução urbana. Florianópolis, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia – CFH, UFSC.

3. Paisagem e referências

A paisagem urbana respectiva ao recorte físico compreendido pela Praia Comprida, Centro Histórico e Ponta de Baixo é depositária de transformações diversas ocorridas no território e na sociedade de São José. A paisagem urbana desta área guarda marcas indeléveis de um longo processo de desenvolvimento sócio-econômico. Conserva em si elementos significativos que compõem parte da memória urbana e da identidade local.

Embora não viva mais em sua completude social, o Centro Histórico de São José, bem como as porções da Praia Comprida e da Ponta de Baixo subsiste em estado de “atualidade dispersa e alienada” de todo o restante urbano do município que se produz e reproduz praticamente aos borbotões.

Conservam-se seus elementos referenciais mesmo que de maneira precária. Mantém-se ainda erguidas antigas edificações, fachadas arquitetônicas, logradouros públicos, praças e monumentos, expressivas massas vegetais, pontos focais e nodais. Mantém-se, de modo debilitado, relações cotidianas entre a terra e o mar, entre o Centro Histórico e as demais porções da cidade e do município, entre o passado e o presente (Ver Anexo 4: Imagens atuais: vista de observador da área de intervenção, e Anexo 5: Mapa de cobertura de Imagens atuais.)

Expurgado de seus conteúdos mais importantes, o Centro Histórico pode adquirir tão somente feições de objeto pronto a um consumo turístico-cultural. Não interessa, portanto, tornar o Centro Histórico em simples documento, mostra estática, museu em escala real, paisagem de objetos inanimados embora precisamente restaurados.

Importa pensar o Centro Histórico de São José e áreas adjacentes enquanto espaço vivo, repleto de coexistências, paisagem de elementos dinâmicos que são construídos e reconstruídos em sua essência a cada novo ciclo.

Importa também pensar o Centro Histórico de São José enquanto espaço de desdobramentos, que dialoga diretamente com outras porções da cidade e com projetos que nelas são postos em prática, como o projeto Beira-mar. Constitui-se, então, em elemento provocador e ao mesmo tempo facilitador de respostas, inclusive às suas próprias mazelas.

Assim, o Centro Histórico de São José reveste-se de uma capacidade natural de questionar os caminhos que deverão ser percorridos pela cidade e pelo município como um todo, validando ou não planos pretéritos, acolhendo ou não proposições futuras e aguardando possíveis reflexos de intervenções regionais como o traçado de contorno da BR-101 na região metropolitana.

4. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ÁREA DE INTERESSE.

4.1. Localização: a área de intervenção para melhor entendimento foi dividida em três setores (ver Anexo I: Mapa da Área de Intervenção e Anexo 6: Levantamento planialtimétrico e natural da área destinada ao Parque Beco da Carioca).

4.2. Descritivo da área de abrangência de intervenção:

Trecho 1 :

É o trecho da Praia Comprida até o limite Norte do núcleo histórico. Inicia na Rua Constâncio Krumel, esquina com a Rua Luiz Fagundes. Segue pela Rua Getúlio Vargas até a esquina da rua Raulino Gerlach, somando 860m de extensão linear, relevando as fachadas dos imóveis lindeiros.

Deve ser Considerada a 2a. etapa de execução da obra de implantação.

Trecho 2 :

Inicia na Rua Frederico Afonso, esquina com Rua Antonio Ferreira, até a esquina da Rua Assis Brasil, início da chamada Ponta de Baixo, compreendendo 860m de extensão, relevando as fachadas dos imóveis lindeiros.

Esta deverá ser considerada a 3a. etapa da obra de implantação.

Centro Histórico:

É a poligonal do chamado Núcleo Histórico de São José, definida no Plano Diretor/1985, relevando as fachadas dos imóveis lindeiros e o logradouro público denominado Beco da Carioca (Anexo I).

Compreende 1784 m de malha viária e deve ser considerada a 1a. etapa da obra de implantação.

5. DIRETRIZES GERAIS

5.1. Estimular a preservação do patrimônio histórico e o turismo no município de São José, visando:

- a. incrementar as atividades culturais e turísticas;
- b. preservar e valorizar a memória cultural / arquitetônica / paisagística / histórica do centro histórico;
- c. criar elementos de informação sobre os locais e as obras mais expressivas;
- d. prolongar a permanência média do cidadão e do turista nos logradouros públicos.

5.2. Humanizar o centro histórico

- a. Priorizar o pedestre
- b. criar espaços de convivência;
- c. facilitar e estimular a circulação do pedestre;

- d. Propor Solução para os conflitos pedestre / veículos;
- e. oferecer segurança à circulação do pedestre e de deficientes físicos;
- f. racionalizar os fluxos e a velocidade média dos veículos.
- g. Propor identidade visual para o conjunto de mobiliário urbano (ponto de ônibus e táxi, bicicletários, telefones públicos, pórticos, poste, banco, lixeira, floreira, defensas, balizas e totens indicadores de pontos de relevância, iluminação pública para os passeios, etc.);

5.3. Estimular a atividade sócio-cultural econômica e comercial do Centro Histórico

- a. estimular a manutenção e instalação de comércio e serviços de qualidade;
- b. equacionar os estacionamentos em local público: melhor acessibilidade de veículos para garantir os fluxos, o acesso à atividade comercial, cultural e aos lotes.

5.4. Qualificação da ambientação e estetização urbana

- a. harmonização dos pisos, passeios e vias;
- b. ordenamento da programação visual comercial;
- c. ajardinamento e arborização em composição com os volumes e referências arquitetônico-urbanísticas;
- d. estímulo à coleta de lixo seletiva;
- e. base suporte para instalação de elementos para sustentação de infraestrutura de decorações festivas.

5.5. Inserção deste estudo no contexto de uma requalificação mais ampla do entorno.

- a. sistema de áreas de preservação interligadas e novo parque urbano;
- b. integração com entorno urbanizado e seu sistema viário;
- c. administração racional dos fluxos de passagem dos diversos modais;
- d. estímulo ao uso de serviços turísticos e culturais.

6. DIRETRIZES ESPECÍFICAS:

6.1. **Proposta de identidade visual** para toda área de intervenção;

6.2. **Proposta de Mobiliário urbano;**

6.3. **Proposta de estruturação das vias, com:**

- a. Pavimentação coerente com a ambiência desejada.
- b. caixa de rolamento mínimo das ruas - 3,30m por faixa.
- c. raio mínimo de meio-fio: 8,00m
- d. baía de estacionamento:
 - em paralelo: 2,40m.
 - em diagonal 45º: 4,50m
 - para embarque desembarque (idosos, turistas)

- e. estacionamentos em bolsões/baias
- para carga e descarga
 - para veículos particulares
 - para as farmácias
 - para motocicletas
 - para Portadores de Mobilidade Reduzida

6.4. Propostas para o Centro Histórico:

- a. Praça Hercílio Luz (da igreja):
- I. Recomposição da paisagem e jardins
 - II. Sugestão para projeto luminotécnico composto com a igreja matriz
- b. Praça Arnaldo de Souza (do centro):
- I. Largo de caráter predominantemente contemplativo, social e cultural
 - II. Valorização do ambiente histórico, potencial econômico e espaço público existente.
 - III. Integrar a praça e seus acessos ao tratamento urbanístico da Rua Getúlio Vargas.
 - IV. Inserção de elementos de paisagismo natural.
 - V. Prioridade absoluta ao pedestre com acesso restrito de veículos.
- c. Orla marinha – beira mar
- I. Propor novos usos para as áreas atualmente ocupadas pelos prédios da Câmara de Vereadores e do Ginásio de Esportes.
 - II. Propor novo uso para a edificação atualmente ocupada pelo Posto de Saúde, em harmonia com a proposta global.
 - III. Considerar o antigo trapiche e canal anteriormente existentes.
 - IV. Considerar os acessos à orla ao longo dos trechos.
- d. Beco da Carioca
- I. Propor a criação do Parque Beco da Carioca;
 - II. Prever solução de delimitação física e controle de acesso;
 - III. Preservar a flora significativa existente;
 - IV. Preservar o veio hídrico natural existente;
 - V. Preservar o conjunto da estrutura histórica da bica (cisterna, fonte, tanques);
 - VI. Prever ambiente coberto/fechado/acesso controlado multiuso para atividades comunitárias sócio-culturais;
 - VII. Considerar práticas sustentáveis para manutenção das atividades do parque;
 - VIII. Prever 2(dois)quiosques comerciais, que abriguem alimentação, souvenirs
 - IX. Prever sanitário público, adequado às áreas propostas;

6.5. **Orçamento:** Apresentar orçamento global máximo dos serviços e obras de urbanização a executar, decorrente dos estudos preliminares, observando:

- a. Deverá ser apresentado cronograma físico-financeiro estimativo para a execução dos serviços e obras, objeto do presente Estudo respeitando as etapas do processo de implantação (item 4.2);
- b. O valor global de obras e serviços calculados acima citados considera custos executivos exclusivamente para supra-estrutura, paisagismo, mobiliário urbano e equipamentos públicos;

7. Diretrizes Complementares:

7.1 Poderão ser abordados, complementarmente, os seguintes aspectos:

- a. As condições de tráfego (transporte público, de turismo e de carga e descarga em geral);
- b. Iluminação das áreas públicas, tendo em vista a segurança pública e a valorização do patrimônio histórico, arquitetônico e do comércio local;
- c. Condições para o funcionamento de estabelecimentos comerciais em horários noturnos, tais como salas de espetáculos, bares, restaurantes e congêneres;
- d. Sugestão de instrumentos normativos que viabilizem a implementação das propostas, entre outras:
 - Transferência do potencial construtivo;
 - Políticas fiscais voltadas para o incentivo de atividades desejáveis ao uso e ocupação do solo;
 - Parcerias e consórcios da iniciativa pública e privada;
 - Zoneamento que contemple recomendações quanto a possível inadequação no tipo de uso das edificações, tendo em vista a revitalização da área;
 - Soluções de trânsito intermunicipal;
 - Regulação de placas publicitárias.

8. Outras observações

- 8.1. Será agendada uma visita guiada para visualização e esclarecimentos pontuais aos inscritos – data a ser confirmada, com divulgação no site do concurso
- 8.2. Link de acesso ao Plano Diretor e respectivos mapas:
<http://www.pmsj.sc.gov.br/2013/04/plano-diretor>

9. Anexos:

- 9.1. Anexo 1: Mapa da Área de Intervenção
- 9.2. Anexo 2: Remanescente Físico: texto descritivo
- 9.3. Anexo 3: Mapa de localização do Remanescente Físico
- 9.4. Anexo 4: Imagens atuais: vista de observador da área de intervenção.
- 9.5. Anexo 5: Mapa de cobertura de Imagens atuais.
- 9.6. Anexo 6: Levantamento planialtimétrico e natural da área destinada ao Parque Beco da Carioca
- 9.7. Anexo 7: Legislação específica pertinente